
PUGH, Jeffrey C.: *Entertaining the Triune Mystery: God, Science, and the Space between*. Londres: Trinity Press International, 2003. ISBN 1-56338-401-9.

É um livro que nasce de uma experiência e interesse pastoral. O A. não se reconhece cientista, mas alguém que a partir da fé cristã e das exigências de sua comunidade religiosa aborda a relação entre teologia e ciência. Apesar de não ser especialista no campo científico, freqüentou-o muito nos seus estudos de modo que se propôs essa tarefa de relacionar Deus, ciência e este espaço que sobra entre o real e as teorias. A partir da orientação de estudos sobre a relação teologia e ciência numa comunidade local da Igreja episcopal na Carolina do Norte, resolveu apresentar o fruto de suas reflexões e discussões neste livro. O tema central que persegue o autor é a questão da imagem de Deus e sua conexão com as imagens do mundo, e como ambas se modificam com o progresso das ciências. E nesse trabalho insiste na maneira de compreender a presença de Deus no mundo. Dados da experiência humana, como o sofrimento injusto, a morte do inocente e elementos das ciências parecem apontar para uma ausência de Deus. No fundo, trata-se de que se fazia uma imagem de Deus que se tornou incompatível com tais realidades. Está em questão a nossa capacidade de refazer tais imagens. E as ciências contemporâneas oferecem elementos para tal, ao relativizar os contornos das verdades que desejávamos que fossem absolutas. O A. sugere uma abertura maior ao mistério do próprio mundo, como aliás

as ciências recentes têm acentuado depois de uma época de cientismo positivista. Vivendo no mistério temos que apelar mais para a imaginação. Ciência e religião buscam no fundo entender os limites da existência humana usando suas próprias fontes de conhecimento. E permanecerá sempre entre as ciências e a religião um espaço intermédio, nunca havendo uma total adequação entre elas. Isso alimenta uma compreensão histórica e progressiva da realidade.

Num outro capítulo, estudam-se os modos nos quais a fé e as tradições filosóficas conceberam e articularam o ser de Deus. Houve uma diversidade de imagens de Deus nessas tradições, mas um desenvolvimento subsequente de doutrina e história estreitou as opções. Nele o A. levanta uma das concepções mais importantes para pensar a relação entre Deus e ciência, a saber, entender as energias de Deus, fundadas nos campos, forças e processos de vida em que estamos inseridos. Entra em questão a distinção entre essência de Deus - mais ocidental - e energia, mais ao gosto dos teólogos orientais.

O resto do livro explora a intersecção de ciência e fé em diálogo com o passado e com o presente, defendendo que a vida de Deus revelada na Escritura e tradição pode também ser vista no mundo que estamos a explorar sob os auspícios da ciência. Trabalho hermenêutico. Tanto a

ciência como a teologia devem permanecer fiéis a suas respectivas tradições.

É um livro dirigido ao fiel, ao estudante, e não diretamente ao profissional no assunto. Visa a quem se debate com o mistério do cosmos e nosso lugar nele. Assume, portanto, uma dimensão antes espiritual que sistemática. Interessa que se obtenha alguma luz para uma nova compreensão da vida de Deus no mundo, para a manifestação da última energia de Deus, que é o amor. Possui

excelente nível de informação, especialmente da literatura moderna científica e teológica dos EUA. Em bom estilo americano, o A. reproduz com exatidão e brevidade as posições de filósofos, teólogos e cientistas que estuda, desde os clássicos Platão, Aristóteles até pensadores americanos recentes.

João Batista Libanio SJ

BARBOUR, I. G.: *El encuentro entre ciencia y religión: rivales, desconocidas o compañeras de viaje?* Tradução do original inglês de 2000 por José Manuel Lozano Gotor. Santander: Sal Terrae, 2004. 263 pp., 21,5 X 13,5 cm. Col. Presencia Teológica, 133. ISBN 84-293-1547-0.

Com este título, a coleção Presencia Teológica traduz o livro *When Science Meets Religion. Enemies, Strangers, or Partners?*, de I. G. Barbour, professor de física e de religião do Carleton College (Northfield, Minnesota, USA). Trata-se de uma leitura dos diferentes modelos que regem as relações entre ciência e religião nos dias de hoje. Segundo o autor, tais modelos são basicamente quatro: o do *conflito*, o da *independência*, o do *diálogo* e o da *integração*. Após o estudo do significado de cada modelo (Cap. I), o autor apresenta a maneira como os mesmos são interpretados nos diversos campos das ciências: astronomia (Cap. II); física quântica (Cap. III); evolucionismo (Cap. IV); genética e neurociências (Cap. V); Deus (Cap. VI). Em cada capítulo, esses campos são analisados segundo os diferentes modelos. Assim, o modelo do *conflito* retoma as duas chaves de leitura que, desde Galileu e Darwin, opõem fé e saber científico: a do literalismo e a do cientificismo, a primeira dizendo que tudo o que os textos bíblicos enunciam possui uma inerência intrínseca, e a segunda afirmando que as crenças religiosas são inacei-

táveis, pois são subjetivas, parciais, particulares e acríticas. O modelo da *independência* busca evitar o conflito, afirmando a separação entre os pontos de vista da ciência e da religião. Esta separação foi proposta pela filosofia da linguagem, que vê a diferença e a irredutibilidade de funções entre os diversos “jogos lingüísticos”, e pela neortodoxia protestante, que diz que Deus só pode ser conhecido por sua revelação. Segundo esses dois pontos de vista, a religião e a ciência cumprem tarefas distintas. Uma não pode então ser julgada pelo critério da outra, uma vez que a primeira prevê e controla, e a segunda propõe estilos de vida, desperta atitudes e propicia a adesão a certos princípios morais ou religiosos. O modelo do *diálogo* descreve uma das relações mais construtivas entre ciência e religião. Seu surgimento deve-se, em parte, às descobertas de muitos historiadores que afirmam que o nascimento e o desenvolvimento da ciência no Ocidente é o resultado da doutrina da criação. Algo parecido dizem certos sociólogos da relação entre capitalismo e ética protestante. Além disso, as ciências encontram-se muitas vezes diante

de questões limites, provocadas pelo sem sentido do sofrimento e da morte ou pela plenitude de sentido da confiança na vida, e de questões de fronteiras, oriundas da astrofísica, das teorias da evolução e das ciências da vida. Tais questões nem sempre encontram nas ciências suas devidas respostas, levando-as a se deixarem interrogar por explicações que não lhes pertencem. O modelo da *integração* busca estabelecer uma colaboração mais estreita e profunda entre ciência e religião, inspirando-se na teologia natural, na teologia da natureza e nos esforços de elaboração de uma grande síntese sistemática. A teologia natural busca na natureza provas ou indícios da existência de Deus. Recentemente, alguns astrônomos mostraram que no universo primitivo, as constantes físicas são tão ajustadas que parecem ser o resultado de um desenho intencionado dirigido pelo princípio antrópico. Eles passam então a admitir a existência de um Desenhador ou de um princípio inteligente que teria desencadeado o começo de tudo o que existe. A teologia da natureza não parte das descobertas da ciência, mas da interpretação que a fé dá a tais descobertas. Ciência e fé são vistas como duas fontes de idéias relativamente independentes, mas com interesses e preocupações comuns. A relação entre as duas supõe, porém, modificações profundas na maneira de ver do teólogo. Este deve admitir certos

princípios das ciências no tocante à natureza, como o fato de a mesma se definir como um processo evolutivo e dinâmico, caracterizado pela interação do acaso e da necessidade, com uma longa história, ao longo da qual sempre emergiu a novidade. A busca de uma síntese sistemática se dá, sobretudo, a partir da filosofia do processo de Alfred Whitehead, para quem a natureza é uma rede dinâmica de eventos inter-relacionados que se caracteriza tanto pela novidade como pela ordem. O pensamento do processo sustenta que as constituintes básicas da realidade não são duas classes de entidades perduráveis (dualismo mente-matéria), mas uma só classe de entidades com dois aspectos ou fases. Segundo esse pensamento, Deus é fonte de novidade, mas também de ordem. Ele desperta a capacidade de auto-criação das entidades individuais, tornando possível tanto a liberdade e a novidade como a ordem e a estrutura. Os quatro modelos que sumariamente resumimos ajudam-nos a entender a relação fé e ciência nos dias de hoje. O autor inclina-se certamente pelo último, o que corresponde bem à busca holística e transdisciplinar da verdade que permeia tantos campos do saber em nosso tempo.

Geraldo L. de Mori SJ

SESBOÛÉ, Bernard (dir.). *História dos dogmas, Tomo 2: O homem e sua salvação*. Tradução do original francês de 1995 por Orlando Soares Moreira. São Paulo: Loyola, 2003. 502 pp., 23 X 16 cm. ISBN 85-15-02052-1.

Este segundo volume da obra dirigida por B. Sesboüé é dedicado à história dos temas que compõem a antropologia, a escatologia e a ética cristãs. A obra do teólogo francês, iniciada em 1993 e concluída em 1997, compreende

quatro volumes. O primeiro, *O Deus da salvação*, apresenta a história das doutrinas trinitária e cristológica, tendo sido publicado pela Loyola em 2002. Os dois últimos, *Os sinais da salvação* e *A Palavra da salvação*, estudam res-

pectivamente a história das doutrinas sacramental, eclesiológica e marial, e a história dos temas da teologia fundamental: revelação, fé, Escritura, Tradição e Magistério, devendo ser brevemente publicados. Neste segundo tomo, composto de duas partes e treze capítulos, os AA. percorrem a história das doutrinas da criação, do pecado original, do sobrenatural, da graça e da justificação, dos fins últimos e da ética. A metodologia seguida para o estudo de cada doutrina é sempre a mesma: uma breve introdução, com a apresentação das principais questões levantadas pela problemática abordada; a análise detalhada da mesma, por uma incursão na patrística, na escolástica e no período moderno e contemporâneo; um balanço final. Assim, a primeira parte, que compreende oito capítulos, é consagrada aos temas da antropologia dogmática. O primeiro, introduzido por Sesboüé e Grossi, e analisado por Ladaria, trata dos temas da criação do céu e da terra (cap. I) e da criação do homem à imagem e semelhança de Deus (cap. II). A relação entre criação e salvação é posta como chave de leitura para a compreensão da doutrina cristã da criação enquanto resposta ao dualismo maniqueísta e ao monismo emanacionista. O segundo tema, estudado por Grossi e Sesboüé, aborda a doutrina do pecado original de Agostinho à Idade Média (cap. III), e do Concílio de Trento à época contemporânea (cap. IV). O contexto da controvérsia pelagiana é bem apresentado para a reta compreensão do pecado original, como também o contexto que levou à re-interpretação desta doutrina por Lutero e Trento. O terceiro tema, também estudado por Grossi e Sesboüé, retrata a história da teologia da graça e da justificação na tradição grega e latina (cap. V) e de Trento a nossos dias (cap. VI). A diferença entre as perspectivas oriental e ocidental é bem evidenciada, bem como o contexto que levou ao nascimento da teologia da graça e da justificação: o da controvér-

sia entre Agostinho e Pelágio, e o do conflito entre Lutero e a Igreja, que desembocou no decreto da justificação, em Trento. O quarto e o quinto temas, analisados por Ladaria, retomam respectivamente a história da relação entre natural e sobrenatural (cap. VII) e a história da elaboração da escatologia cristã (cap. VIII). A primeira problemática adquiriu importância na escolástica e, sobretudo, nos tempos modernos, a partir da hipótese da “natureza pura” e das controvérsias suscitadas por Baio e Jansênio. A segunda foi elaborada à luz da fé na ressurreição da carne e da doutrina da imortalidade da alma, dando origem à grande síntese da escatologia da pessoa, com as obras de Tomás de Aquino e Boaventura, e com a bula *Benedictus Deus*, de Bento XII. Reprimida no primeiro milênio, a perspectiva milenarista ou histórica foi redescoberta por Joaquim de Fiori, cujo pensamento foi secularizado pelas ideologias modernas. Lugar importante é dado à escatologia no séc. xx, tal como aparece na *Lumen Gentium*. A segunda parte do livro é dedicada à antropologia moral ou ética, sendo composta por quatro capítulos, todos obra de Philippe Lécrivain. O primeiro (cap. IX) retrata as principais características da ética cristã no começo do cristianismo. O segundo (cap. X) mostra a importância de Agostinho na elaboração do modo de agir dos cristãos no Ocidente. O quarto (cap. XI), apresenta as contribuições da escolástica, mostrando o caráter moderno da síntese elaborada por ela. Os dois últimos capítulos tentam compreender as dificuldades que levaram a moral cristã a se distanciar do mundo moderno. Como vemos, trata-se de uma obra fundamental à biblioteca de todo aquele que quer compreender os grandes momentos de elaboração das doutrinas que permitem pensar a antropologia em sua dimensão dogmática e prática. O estilo é claro e a escritura límpida, levando a um diálogo fecundo com a grande tradição

patrística e escolástica. A leitura desta obra mostra também as dificuldades que nos tempos modernos a Igreja teve para apropriar-se dos conteúdos dogmáticos que modelaram sua visão do ser humano. Ela abre, porém, pers-

pectivas para uma re-interpretação que torne significantes esses conteúdos para nossos contemporâneos.

Geraldo L. de Mori SJ

MURAD, Afonso: *Maria, toda de Deus e tão humana*. São Paulo: Paulinas; Valência (Espanha): Siquem, 2004. 22,5 X 14,5 cm. 162 pp. Col. Livros básicos de teologia; 8.2. ISBN 85-356-1305-6 (Paulinas); 84-95385-49-X (Siquem)

A coleção “Livros básicos de teologia”, na qual esta obra está inserida, se destina à “formação de agentes de pastoral nos distintos ministérios e serviços da Igreja”. A partir dessa especificação se pode entender o gênero literário da obra a ser apresentada: destina-se a um público amplo, carecendo de formação teológica específica. Neste pano de fundo, o A. procura desenvolver uma mariologia centrada na pessoa de Jesus Cristo, do qual Maria foi “mãe-educadora e discípula”, não “uma mariologia ‘de privilégios’ e de exaltação”. Busca escrever numa “perspectiva eclesial e eclesiológica”, mantendo diálogo com tendências contemporâneas como “a questão de gênero, a sensibilidade social e a consciência ecológica” (9).

A obra está dividida em oito capítulos, uma introdução e um anexo. Cada capítulo, por sua vez, além do desenvolvimento do tema, contém orações do A. a propósito do que desenvolveu no capítulo ou num trecho do mesmo; um resumo final, retomando o que foi dito; três perguntas sob o título de “articulando conhecimento e vida”; bibliografia sobre o tema, já que o A. renuncia a notas de rodapé. Justificando as orações, o A. explica no prefácio (que tem por título “Começo de conversa”) que o faz para estimular a oração do leitor, pois crê “que a teologia é um falar sobre Deus, que termina no silêncio reverente da adoração e do serviço ao Reino” (9). Concordando com o princípio de

uma “teologia orante” ou de uma “kniende Theologie” (teologia de joelhos), pergunta-se se essa maneira um tanto extrínseca é a forma adequada de fazê-la ou suscitá-la.

Os quatro primeiros capítulos se dedicam à reflexão bíblica, tratando o primeiro dos Evangelhos de Marcos e Mateus (19-31); o segundo, de Lucas (33-60); o terceiro, de João (61-72); o quarto, do Apocalipse e outros escritos (73-82). O A. não é exegeta e, já considerando a finalidade da coleção, nem seria o caso de fazer uma exegese bíblica no sentido técnico. O A. procura, pois, basear-se no melhor que existe sobre o tema e apresentá-lo em forma de alta vulgarização. Daí resultam belas páginas de meditação bíblica, dentre as quais merece ser ressaltada a reflexão sobre o discipulado em Lucas e sua aplicação a Maria (33-41). Já a releitura ecológica do Magnificat é um tanto forçada e está distante do texto bíblico de que pretende ser a explicação (55). De resto, infelizmente o A. parece ter esquecido comentar a terceira parte do Magnificat (vv. 54-55).

No cap. IV, além de Ap 12 e Gl 4,4, repassa textos do primeiro testamento que muitas vezes a liturgia aplica a Maria, sem que de fato se refiram a ela: Gn 3,15; Is 7,14-16; Ct 6,10; Jt 13,18; Sb 8; Sl 45,11s.18. Muito corretamente o A. reconhece que Ap 12 não se refere diretamente a Maria, mas parece sugerir

que, na intenção do próprio autor do Ap, Maria está subentendida, o que se pode considerar exagerado. De resto, embora não seja exegeta, o recenseador se permite duas observações críticas a exegeses adotadas: 1) a interpretação de Joachim Jeremias à palavra aramaica “abba” que fez grande sucesso entre teólogos sistemáticos e o A. assume repetidamente (52 e 138), já não é mais aceita como correta; 2) a “filha” mencionada no Sl 45,11-18 não é “a filha do rei” (80), mas uma “filha de rei” que é dada como esposa ao rei comemorado no salmo. Mas, neste segundo caso, pode tratar-se de falha na digitação.

O cap. V (83-94) é uma excelente introdução à problemática da hermenêutica textual e constitui uma espécie de gonzo entre os capítulos bíblicos e os capítulos dogmáticos. De uma maneira muito clara, simples, didática, elucidadora, o A. explica a passagem do fato ao texto, do texto à interpretação e, no caso da Bíblia, da clausura que significou a constituição do cânon às novas interpretações que se fizeram possíveis pela inserção de um texto no conjunto da Escritura. A partir daí, explicita o que significa Tradição e como o trabalho da tradição se dá numa “espiral hermenêutica” (antes que num “círculo”, como se diz habitualmente). A fé cristã católica em Maria só pode ser entendida a partir da espiral hermenêutica. Para que nesse exercício não se extrapole o sentido original do texto bíblico, o A. fornece quatro excelentes critérios. Também o início do cap. VI se inclui na temática do cap. V, ao explicar o que são os dogmas, seu sentido e sua função.

Os dois seguintes capítulos são dedicados aos quatro dogmas mariais: o cap. VI aos dogmas antigos (maternidade e virgindade) (95-118); o cap. VII aos dogmas modernos (imaculada concepção e assunção) (119-133). A preocupação pastoral que caracteriza a reflexão sobre a maternidade de Maria pode dar a impressão de dar menos importância

à verdade de fé de que Maria é *theotókos*, do que às considerações genéricas sobre o que é ser mãe, como a Igreja é mãe, como cada ser humano deve ser mãe e sobre a “maternidade espiritual” de Maria com relação aos cristãos. Evidentemente, de tudo isso cabe falar, quando se disserta sobre Maria, mãe de Deus, e talvez até se deva acentuar hoje, mas o recenseador julga que certos tópicos poderiam estar melhor localizados alhures. De resto, talvez não seja tão feliz, logo depois de mencionar a geração eterna do Verbo no seio da Trindade, escrever que Maria “é figura humana do amor **criador** de Deus-Pai” (102), pois estritamente, na lógica do texto, está dizendo que o Logos é criatura!

A virgindade de Maria é hoje um tema espinhoso, dados os preconceitos culturais vigentes. O A. se sai bastante airoso na sua apresentação, apesar da dificuldade do tema. Com respeito à concepção virginal, o A. navega na esteira de Karl Barth ao escrever: “A concepção virginal é a porta de entrada da sua humanidade [sua, de Cristo], como a ressurreição é a porta de saída, de reencontro pleno com o Pai” (113). Mas o paralelismo entre os dois é perigoso, tendendo a um docetismo implícito, porque a ressurreição é um dado meta-histórico, enquanto a concepção virginal quer ser histórica. No tocante à virgindade depois do parto, poderia perguntar-se se é tão constringente o argumento exegético que identifica os “irmãos” de Jesus, citados em Mc 6, como filhos de outra Maria (cf. Mc 15,40) (p. 24, 25, 30 e 114). A questão dos “irmãos” de Jesus é bem mais complicada do que o A. dá a entender. Já a referência a que a imagem de um parto sem dor (virgindade no parto) expressa que Maria superou a maldição de Eva (cf. Gn 3,16), é um aspecto iluminador para se entender a origem dessa tradição (115).

A explicitação do dogma da imaculada concepção é atual, bem desenvolvida,

apesar da imensa discussão existente em torno a uma explicação teológica atualizada do pecado original. O A. parece optar pela solução de Rahner – Ladaria. Clara e didática é a reflexão sobre a assunção a partir da passagem de uma perspectiva dual da escatologia a uma perspectiva unitária.

Por fim, o cap. VIII trata do culto a Maria (135-149), ponto crucial no debate ecumênico. A questão é tratada com competência, destacando-se as observações sobre Maria e as “Nossas Senhoras”, onde o A. chama a atenção à inculturação que está à base da diversidade de títulos dados a Maria (142-143).

Intimamente unida ao culto a Maria está a questão das aparições, tratada em anexo (151-155), sob a forma de resposta a dez perguntas. O A. é muito feliz nas respostas, superando, na opinião do revisor, seu mesmo livro sobre o assunto (*Visões e aparições*. Vozes, 1997), talvez pela necessidade de concisão.

Antes de uma apreciação geral sobre o livro, alguns pormenores que poderiam ser corrigidos numa segunda edição. – À p. 24, ao explicar Mc 6, 3, deve ler-se Marcos, onde diz Mateus; à p. 49, onde diz Lc 2,46 deve ser At 2,46. – À p. 79 se diz que Mateus em Mt 1,22 faz uma releitura de Is 7,14, mudando inclusive o tempo verbal, no entanto em ambos os casos o verbo está no futuro. – Pode-se talvez discutir a grafia de “sócio-histórico”, mas certamente é muito esdrúxula a opção “socioistórico” (p. 87)! – À p. 97, no terceiro parágrafo, seria preciso inverter a ordem dos temas que estavam em jogo nos Concílios dos primeiros séculos, senão a articulação de humanidade e divindade parece referir-se a Deus e não a Jesus. – A ânsia por encontrar “mães” da Igreja parece levar a atribuir escritos a Perpétua e Felicidade: “... os **documentos** de homens e mulheres que viveram e testemunharam a fé ... Clemente, Justino, ... **Perpétua e Felicidade...**”

(114, grifos meus). – Agostinho e Pelágio não são do séc. VI (p. 121). – A referência ao Vaticano para determinações doutrinárias da Idade Média é um anacronismo (ib.). – À p. 138 está escrito: “sempre rezamos à Trindade” e logo em seguida: “em cada oração, dirigimo-nos ao Pai, pelo Filho, no Espírito”. Então não rezamos à Trindade, mas **na** Trindade, isto é, envolvidos pela ação trinitária em nós! – A frase “No oral da aparição...”, no segundo parágrafo da p. 122, deve estar truncada, pois não dá sentido. – Os dominicanos são frades e não monges (146). – À p. 151, na terceira linha do último parágrafo, há um “não” que certamente não provém do A., que jamais afirmaria que em Guadalupe, Lourdes e Fátima “**não** há uma experiência religiosa autêntica”. – Na referência à obra do A. *Visões e aparições*, a imprensa está errada: o lugar da editora é Petrópolis.

Todos esses pormenores – volte-se a dizer – são secundários e podem ser corrigidos numa segunda edição. Não tiram o valor da obra que se distingue por ser uma obra de agradável leitura. Para isso contribuem as abundantes metáforas bem empregadas e bem desenvolvidas, como as que usa para explicar o gênero apocalíptico (74-77), para ensinar o que são dogmas e para que servem (96), para elucidar o dogma da imaculada concepção (goiaba com bicho, 125; computador com vírus, 126; empinar pipa, 133), para elucidar a necessidade da oração (136) etc. Mostra-se aí o teólogo acostumado a lidar com o povo e principalmente com jovens.

Outro grande mérito é o enraizamento na realidade brasileira, especialmente em sua vida eclesial. É um livro profundamente inculturado no modo de expressar-se, nos exemplos, nas metáforas. Vale a pena verificar.

Francisco Taborda SJ